

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Manimato

Class.: *2 R00085

Data: 7 de Junho de 1976

Pg.: _____

QUE SERÁ DO XINGU SEM OS VILLAS BÔAS?

Entrevistas com
Orlando Villas Bôas
e com o general
Ismarth de Araújo,
da FUNAI



Como fica o Xingu sem os Villas Bôas?

O Parque Nacional do Xingu, a grande obra dos irmãos Villas Bôas, tem hoje 16 grupos tribais e perto de dois mil índios. Seu novo diretor, Olímpio Serra, no cargo desde quando os Villas Bôas deixaram o Parque, acha que a preparação dos índios para a integração deve ser iniciada logo. O que acontecerá no Xingu?

Movimento - 07.06.76

Antônio Carlos Moura e Eliana Lucena

Uma ameaça telefônica e a indignada reação do chefe Txukarramãe, Rauni, movimentaram, no dia 24 de maio, o escritório do Parque Nacional do Xingu em São Paulo. Rauni, convidado pelos irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas, estava a passeio em São Paulo, onde não vinha há 15 anos, quando soube do telefonema. Um pecuarista de Araçatuba, proprietário de terras ao Norte do Parque, e que há tempos estava pedindo à Funai permissão para transitar de barco pelo Xingu, a caminho de sua fazenda, dizia que, se não conseguisse o que pretendia, invadiria a área indígena com 150 homens armados, destruindo tudo o que encontrasse.

A resposta do líder txukarramãe, reforçada pela aparência ameaçadora que lhe dá o botoque de madeira no lábio inferior: "Vou voltar para o Xingu e reunir meus guerreiros para defender nossas terras. Desta vez, vamos lutar para matar, e ninguém vai segurar o índio". Irritado, Rauni não entendia a agressão do fazendeiro: "Nenhum índio vem a São Paulo ou ao Rio de Janeiro para tomar as terras de ninguém. Mas o branco vai até onde vivemos, para roubar, matar e acabar com nosso povo".

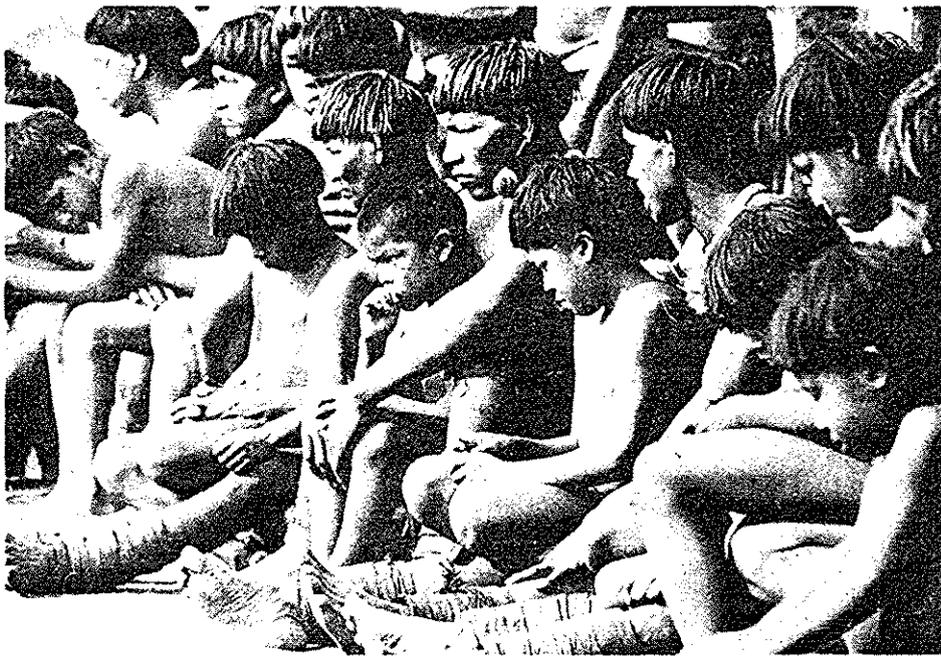
A partir desse incidente, começou a ganhar força uma interrogação que há algum tempo se faz nos meios indigenistas brasileiros: conseguirá o Parque Nacional do Xingu resistir às pressões dos grupos econômicos que vêm se instalando na região?

Pretendendo aposentar-se no fim deste ano, os irmãos Villas Bôas deixaram o cargo de administradores do Parque em outubro de 1975, passando a residir em São Paulo. Desde então, aumentaram as preocupações com o futuro do Parque, cuja criação, consolidação e projeção internacional sempre esteve ligada ao nome dos dois sertanistas. Para a Funai, que indicou o antropólogo Olímpio Serra para substituir os irmãos Villas Bôas, a preservação do Parque do Xingu é condição para se dar boa imagem à política indigenista brasileira. Ao longo de décadas de desacertos, os órgãos encarregados da proteção e tutela do índio viram as populações primitivas irem desaparecendo quase na mesma proporção em que eram contatadas. O Parque do Xingu, entretanto, permaneceu como um oásis de sobrevivência e prosperidade, onde apenas lentamente iam penetrando os elementos culturais da sociedade nacional, num processo gradual e harmonioso de integração.

Origens

Criado a 14 de abril de 1961, pelo decreto 50.445, do então presidente Jânio Quadros, o Parque Nacional do Xingu destinava-se a abrigar as diversas tribos de índios xinguanos que vinham sendo pacificadas pelos irmãos Villas Bôas desde 1943, quando Cláudio, Orlando e o falecido Leonardo integravam a legendária Expedição Roncador-Xingu. "Pacificar" é o termo exato, pois, segundo contam os sertanistas, várias daquelas tribos tinham inimizades seculares, o que provocava choques frequentes com muitas mortes e, às vezes, o desaparecimento de grupos inteiros, como os Anumaniá, os Arupati e os Maritsauá, exterminados respectivamente pelos Trumai, Kamaiurá e Suiá.

Os maiores inimigos dos índios eram, porém, os civilizados, que começavam a chegar à região levando doenças desconhecidas dos índios, como o sarampo, a tuberculose e certas infecções intestinais que também causaram um decréscimo arrasador nas populações indígenas. Entre as tribos vitimadas por doenças contam-se os Naruvot, os Tsuva (ou Aipatse) e os Kutenabo, dos quais sobreviveram pouco mais de 10 indivíduos.



Quando o Parque foi criado, localizavam-se harmoniosamente em sua parte Sul (Alto Xingu) onze tribos indígenas: Kalapalo, Kuikuro, Nafukwá, Matipu, Mainako, Waurá, Iawalapiti, Aueti, Trumai, Kamaiurá e Tsuva (destes últimos restam apenas duas famílias, que vivem entre os Kalapalo e Nafukwá). Essas tribos, por meio de um processo de aculturação intertribal estimulado pelos Villas Bôas, foram se entrelaçando cultural e socialmente e hoje formam o que os dois irmãos chamam de "pequena sociedade de nações". Ainda na parte sul, vivem hoje os Txikão, atraídos para o Parque em 1966.

Na parte Norte, vivem os Suiá, Kaiabi, Juruna, Txukarramãe e os Kren-akore, estes contatados em 1973. Os Suiá, único grupo xinguanos a habitar exclusivamente a margem direita do rio, estão a dois quilômetros da foz do rio Suiá-Missu, próximo ao Posto Diauarum. A 500 metros de sua aldeia foram instalados em fins de 1975 os Kren-akore, que já se mudaram três vezes após seu contato com os Villas Bôas. Seis quilômetros ao Sul da aldeia Suiá, começam a aparecer os pequenos agrupamentos Kaiabi, dispersos dos dois lados do Xingu. Os Juruna estão mais ao Norte, na foz do Maritsauá-Missu. Finalmente, na embocadura do Auaiá-Missu vive o grupo txukarramãe liderado por Rauni. É o Posto Kretire, para onde os Villas Bôas tentaram, sem sucesso, trazer a outra facção da tribo, liderada por Krumare.



Tanto Rauni como Krumare habitavam o extremo Norte (do Parque, quando o presidente Costa e Silva assinou, a 16 de agosto de 1968, um decreto desmembrando 8.300 quilômetros quadrados daquela área. Para compensar, o Parque foi aumentado ao Sul, resultando em um crescimento global de 22 mil para 26 mil quilômetros quadrados. No entanto, as novas terras do Sul já estavam ocupadas por diversas fazendas (ver entrevista com Orlando Villas Bôas). E a seção ao Norte, para que por ali passasse a BR-80, estrada que ligará Brasília a Manaus, acabou deixando os Txukarramãe fora do Parque. Convencidos pelos Villas Bôas, Rauni e seu grupo aceitaram mudar-se para dentro dos novos limites. Mas Krumare permaneceu às margens de um afluente do rio Jarina, onde poderá ser atacado, se se cumprirem as ameaças do pecuarista de Araçatuba.

Este não seria o primeiro conflito decorrente do seccionamento do Parque pela BR-80. Quando as máquinas chegaram ao Xingu, em maio de 1971, os irmãos Villas Bôas foram proibidos pelo então presidente da Funai, general Bandeira de Mello de fazer declarações à imprensa criticando a construção da estrada. Cláudio e Orlando temiam que com a estrada viessem as doenças, o alcoolismo e, sobretudo, a destruição dos valores culturais mantidos até então pelos índios. Realmente, a estrada passou, e deixou como lembrança o povoado de Piraçu, que se formou no ângulo

entre o rio e a estrada, pelos antigos trabalhadores da construtora e outros posseiros expulsos de povoados da região, que para ali chegaram. Em dezembro de 1973, posseiros e Txukarramãe quase entram em luta, após um surto de sarampo que matou quatro índios e levou outros trinta a internamento no Hospital da Ilha do Bananal.

Os incidentes entre os Txukarramãe e os posseiros de Piraçu levaram a Funai a lembrar que a área desmembrada ao Norte do Parque continuava interdita, "enquanto habitada, em caráter de permanência, pelas tribos indígenas que nela se encontram". No entanto, essa interdição não foi respeitada nem pelos pequenos posseiros nem por outros invasores que cobravam a área e que, segundo se comentou na época, foram os responsáveis pela alteração da BR-80 que determinou o seccionamento do Parque.

O futuro

Diminuído ao Norte, — onde aliás, existe o único limite efetivamente demarcado, que é a própria estrada, invadido ao Sul (ver entrevista com Orlando) e com as divisas Leste e Oeste imprecisamente fixadas numa distância de 40 quilômetros do Xingu, de cada lado, o Parque hoje corre o risco de não sobreviver às investidas dos grandes pecuaristas, que consideram aquela área o "filé-mignon da Amazônia".

Embora a atual direção da Funai não partilhe do pensamento do ex-presidente Bandeira de Mello, que considerava o Parque do Xingu "um imenso zoológico onde o índio é mantido em seu estado primitivo para deleite dos antropólogos e jornalistas", o antropólogo Olímpio Serra não conta, obviamente, com o renome internacional dos irmãos Villas Bôas que, mais do que qualquer decreto demarcatório de divisas, garantiu a relativa inviolabilidade do Parque.

Para auxiliá-lo no Xingu, Olímpio Serra conta com o sertanista Sidney Possuelo, chefe do Posto Leonardo, responsável pelos índios da parte Sul; no posto Diauarum, Maraué, um índio kaiabi, substitui Cláudio Villas Bôas, que vivia ali até deixar o Parque; e, com os Txukarramãe, no Posto Kretire, está o sertanista Alceu Massari.

Com essa pequena equipe, Olímpio pensa colocar em prática algumas de suas idéias visando a preparar o índio para o futuro convívio com a sociedade envolvente, agora considerado irreversível pelos próprios Villas Bôas. Eles reconhecem que a proximidade das frentes pioneiras, além de ameaçar a integridade física dos índios xinguanos, deverá influir nos próprios padrões de cultura dessas comunidades.

O novo administrador do Parque, embora defenda a política adotada pelos Villas Bôas — que, segundo ele, teve êxito porque impediu qualquer engajamento compulsório do índio nas atividades econômicas civilizadas, garantiu o respeito à autonomia dos grupos e preocupou-se com a manutenção das terras e da saúde — acha que existem saídas que permitem harmonizar o inevitável contato do índio com o civilizado. Ele defende a realização de um amplo trabalho de conscientização do índio xinguanos, no que ele chama de "sociologia do contato", especialmente entre os grupos mais inquietos, que sentem um certo fascínio pelo mundo civilizado. A curto prazo, porém, Olímpio não pensa em implantar no Xingu nenhum tipo de atividade econômica mais sistematizada. "Isso deverá acontecer quando o próprio índio sentir interesse em comercializar seus produtos, ampliando o primitivo sistema de trocas, que ainda subsiste". Otimista, ele acha que os índios poderão ser preparados a tempo, resistindo positivamente ao impacto do contato com a nossa cultura.

07/06/76

ENTREVISTAS:

Orlando Villas Bôas

“O Xingu é um privilégio”

MOVIMENTO — Você considera o Parque Nacional do Xingu uma utopia, ou um caminho, uma proposta de solução?

Orlando Villas Bôas — Eu acho que ele é um caminho, uma proposta de solução. Em nossa atuação no Parque, desde o início, nós tivemos o privilégio de pegar o índio em estado de cultura pura, e vencemos uma etapa. Não digo que essa etapa tenha sido a mais importante. Ainda que, na realidade, ela tenha a sua importância, porque foi a primeira vez que se atuava com povos saídos de uma cultura pura, falando línguas diferentes, vivendo numa mesma área, mas se hostilizando. E nós tivemos a sorte de transformá-los depois numa pequenina sociedade de nações, porque eles permaneceram com suas características tribais, suas características de línguas, e, com tudo isso, passaram a se dar bem. E a arma que nós usamos para conseguir isso foi o incentivo ao casamento intertribal. Em resumo, hoje são 18 comunidades vivendo bem, em laços de amizade bastante sólidos, sem nenhuma perspectiva de que voltem a estar em luta, como estavam quando nós lá chegamos. Nós, assim, num aspecto geral, vencemos uma etapa. E esta etapa, de certa forma, teve seu valor. Nós estamos agora às portas de uma segunda etapa. Na primeira etapa, nós pegamos uma área totalmente virgem, com povos também virgens no contato com nossa civilização.



uma pena, porque isso implica na desagregação tribal, implica no desaparecimento do índio como povo. Nesse aspecto ele deve nos interessar. O desaparecimento do índio como povo é um passo irreversível quando o índio começa a fugir de sua área.

M — Você considera apenas o perigo de os índios se sentirem atraídos pelas fazendas, no que pareceria uma atitude de auto-destruição, ou — o que parece estar ocorrendo — as próprias fazendas vão invadindo a área do Parque e apertando os índios?

OVB — De certa forma, nossa área é ainda um pouco privilegiada. A invasão tem sido um pouco retardada, embora as ameaças estejam sempre presentes. Mas é o que eu costumava sempre dizer, o intruso, o invasor, o grileiro, ele já formou uma jurisprudência enorme, tem recursos para defender os seus direitos, ou os seus pseudo-direitos. Ele já tem condições para isso. O que o índio tem para defender a sua terra, o seu patrimônio? Para defender a sua própria família, a sua integridade como povo? Apenas o texto constitucional. Mas nós sabemos que o brasileiro não é muito dado ao respeito à Constituição. Então nós estamos vendo que todas as áreas tradicionalmente habitadas por índios estão se transformando, apesar de todos os esforços da Funai, em áreas de litígio.

Quer caracterizar melhor? A Bodoquena (1), na terra dos Kadiwéu. Aquela era uma terra dada diretamente pela Coroa aos índios, em pagamento dos esforços dos Guaiacuru na Guerra do Paraguai. No entanto, o que nós vemos? Essa área, que não é área da União, é propriedade do índio Kadiwéu — está sendo invadida, repartida, violentada, apesar de todos os esforços da Funai em querer juridicamente defender

essa gente. E se nós quisermos começar a apresentar exemplos, não precisa ir muito além: os 26 grupos Nambikwara de Rondônia, cujas terras nunca foram discutidas. O direito ao usufruto da terra, conforme diz a Constituição é totalmente daqueles 600 índios Nambikwara. E o que é que nós vemos hoje? Grandes incentivos (2), grandes companhias que, de um momento para outro se tornaram donas dessas terras por concessões do próprio Estado. Os índios foram marginalizados. Foi feita dentro da terra dos Nambikwara uma política premeditada de afastamento do índio. E foi muito fácil as companhias invasoras começaram a fazer grandes roças de mandioca no Vale do Guaporé, e desestimulavam o índio de seu próprio plantio. E começaram a dizer ao índio: “Você não precisa plantar, que nós plantamos para você”. E o índio foi se acomodando, e foi começando a comer a mandioca dada pelo fazendeiro. A medida em que sua área de influência ia diminuindo, as fazendas iam se expandindo, até que chegou um dia — esse processo começou em 1967 — em que os índios abriram os olhos. As pastagens já estavam em torno das aldeias, e o fazendeiro disse: “Nós estamos sustentando vocês. Mas já não temos mais condições de dar mandioca a vocês, porque, afinal, nós estamos precisando desta terra, e vocês estão aqui dentro, nas nossas terras”. É claro, tinha cerca e pasto para todos os lados. E o que aconteceu? As 26 aldeias Nambikwara estão hoje como intrusos dentro das áreas em que estão — não é preciso esconder os nomes — esses incentivos enormes a Sorana, o Bamerindus, a Ford — são grandes incentivos dentro das terras dos Nambikwara. E eles não têm mais condições de sair para nenhum lado. Fora outras agropecuárias enormes também que estão todas dentro das terras dos Nambikwara. E não há outra saída. Isso está acontecendo com todas as terras indígenas a Bodoquena nas terras dos Kadiwéu; as terras dos Cintas-largas; agora as lutas dos Kraó, dos Canelas e dos Gaviões... (3)

Cláudio Villas Bôas intervém: A terra dos Gaviões também está sendo invadida? Dizem que está só sendo ameaçada...

OVB — E tem também a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo. Os Karajá que vivem ali estão agora numa luta incrível. É interessante: não se trata, ali, de luta contra o invasor. A Ilha é um Parque. Esse Parque é invadido todos os anos pelo gado do continente. (Goiás e Mato Grosso) no começo do verão (seca). Um mês depois que começa o verão, em junho, eles (os donos do gado) tocam fogo na Ilha. O capim molhado no inverno (estação das chuvas) e já ressecado por um mês de verão, eles tocam fogo. E, na brotação de agosto, o gado do continente salta para dentro da Ilha e paga-se um aluguel. Um Parque que aluga terra pra gado? Não entendo isso. Não sei se é o IBDF que aluga terra, o pasto, ou se é a Funai. O fato é que a terra é alugada. Existe um gado imenso dentro da Ilha. Esta é uma das questões que o Presidente da Funai ia tomar a si estudando bem o assunto. Me parece que, nas gestões anteriores, a pastagem da Ilha do Bananal era mesmo alugada pela própria Funai...

M — Voltando ao Parque do Xingu. Você falava de várias reservas invadidas. E no Parque, existe concretamente alguma invasão, como aquela que se fala da divisa Leste, pela Fazenda

Santa Rosa? Ou alguma ameaça de invasão do Parque por outros grupos?

OVB — Bem, na área do Parque, além dessa invasão já caracterizada da Agropecuária Santa Rosa, não sei... Ah! sim, tem a área que foi dada em compensação na parte Sul. Agora, em relação a essa área, é preciso ser justo, também. A área que foi dada ao Parque em compensação, no Sul, era uma área já liberada; diversos incentivos já haviam sido implantados lá dentro, quer dizer que, quando o Governo deu essa área em compensação, na mesma época deveriam surgir recursos para indenização daqueles ocupantes da área. Isso não aconteceu. E a Funai também não fez a medição da área nova, para saber até que ponto aquela área está titulada.

Existem pontos importantes, prioritários para demarcação, lá dentro. Eu acho que o ponto prioritário para demarcação deve ser a divisa Leste, da BR-80 ao rio Suiá-Missu, exatamente onde existem algumas invasões e algumas ameaças de invasões. Por exemplo, essa reentrância enorme da Fazenda Santa Rosa dentro da área do Parque: ela deve ter entrado uns 15 a 20 quilômetros, em forma de cunha. Isso não tem muita importância não: esses agropecuaristas não são tão idiotas que não percebam que eles vão ter que demandar com o Estado, e não com a Funai. Porque o Parque é um patrimônio Nacional. E com a União não se demanda. Então eu acho que a Santa Rosa, violentando assim uma área já delimitada e reconhecida por lei, pelo Congresso, ela não vai querer demandar com a União.

M — Qual a situação concreta do Parque, no que respeita a divisas, limites e demarcações?

OVB — A sorte é que ocorre o seguinte: grande parte dos limites do Parque ainda pega áreas não desbravadas, não invadidas; pode ser que tenham sido vendidas. Mas a única parte vulnerável do Parque, no que diz respeito a fronteiras, é exatamente essa linha Leste, da BR-80 ao rio Suiá-Missu. E essa área imensa, também, desmembrada do Parque, ao norte, de 8.300 quilômetros quadrados, o presidente, assim que assinou o decreto de desmembramento, fez um outro decreto paralelo, de interdição da área. Então eu não vejo porque essa área vem sendo ocupada, sem que o Governo Federal tenha liberado, através de parecer da Funai. Aí volta aquilo que eu disse: o sujeito tem tanta certeza da impunidade que não tem medo; eles não têm escrúpulos de invadir terra da União. Porque aí nem é mais terra do índio; o Governo desmembrou, é terra da União. Ele tem tanta certeza de sua impunidade, que sem escrúpulo nenhum invade a terra. E no fim ainda sai ganhando. E por que? Porque, para se defender, a União só tem a Constituição. E a Constituição, ninguém dá bola para ela. Ninguém dá bola a esse aspecto da Constituição, do direito à terra. Se fosse uma questão de direito de posse, o índio tem mil anos naquela área, e o civilizado adquire usucapição com quinze anos...

M — Por que não se conseguiu no Parque do Aripuanã, implantar uma política como a do Xingu?

OVB — Eu tenho a impressão de que não houve uma continuidade de orientação política no Parque do Aripuanã. E também, como é uma

continua na página seguinte

General Ismarth de Araújo Oliveira

presidente da Funai

07/06/76

“As frentes pioneiras vão atingir o índio onde ele estiver”.

Para o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, a transformação do Parque Nacional do Xingu é apenas questão de tempo: mais ano menos ano, logo o parque estará cercado de fazendas, talvez cortado por estradas e enfrentando os mesmos problemas e dificuldades do parque Aripuanã. Nesta entrevista a Movimento na semana passada, após sua reunião com a direção da Funai para discutir a compensação às tribos indígenas que perderam parte de suas reservas para municípios, o presidente da Funai se esforçou durante todo o tempo para defender a política de integração do índio, apresentando-a até como um inevitável fatalismo. Os Villas Bôas atualmente são considerados pelo general Ismarth Oliveira “assessores diretos” da presidência da Funai. “Não se pode dispensar a colaboração de sertanistas tão experientes”, explica o general Ismarth, 58 anos, ex-diretor da Entel Telecomunicações S.A. e da Central do Brasil e, desde 1974, presidente da Funai, onde entrou há cinco anos.



despendido foi no sentido de manter o índio dentro dos padrões de cultura de cada comunidade indígena, de modo a evitar o contato indesejado com comunidades envolventes, o que às vezes ocorre em outras áreas, e essa continua sendo a orientação do parque. Lá vivem em convivência pacífica grupos que até se hostilizavam no passado. O nosso objetivo é prepará-lo, dentro do isolamento, para o impacto que o parque vai sofrer mais cedo ou mais tarde com as comunidades envolventes.

Movimento — Mudou alguma coisa a orientação do Parque do Xingu com a saída dos irmãos Villas Boas?

General Ismarth Oliveira — Não. A orientação continua sendo a mesma. O Parque do Xingu é uma verdadeira Liga das Nações abriga 16 grupos indígenas diferentes. Ainda deve servir para a preservação daquelas comunidades indígenas lá sediadas. Pelo que entendo da orientação imprimida pelos irmãos Villas Boas todo esforço

M — Que impacto?

IO — De duas culturas diferentes. São duas culturas que se confrontam, e se a indígena não estiver preparada vai sofrer um impacto violento. A idéia continua sendo a defesa intransigente do parque do Xingu. Levar mais índios para o Parque? Isto iria depender de condições específicas que justificassem essa transferência do índio de um habitat para outro habitat diferente. Foi o que ocorreu, por exemplo, com os índios kren-akare, que estavam localizados na rodovia Cuiabá-Santarém e, por influência do contato com a estrada, sem possuir anticorpos para muitas doenças, estavam sofrendo com estes contatos. Este foi um motivo relevante que fez com que, com aquiescência da própria comunidade, os irmãos Villas Bôas levassem os índios para o interior do Parque do Xingu. É preciso sentir que o disposto na Constituição Federal pela manutenção do índio no seu habitat de origem ainda é uma orientação para a Funai, não só por se tratar de um texto constitucional, mas porque na maioria dos casos não dá certo tirar o índio do seu habitat para outro.

M — Mas, e quando uma estrada destrói a reserva indígena?

IO — Repare só o Estatuto do Índio, artigo 62, cujo primeiro parágrafo diz: “ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas”. O Estatuto, então, dá todo o direito, mesmo que o índio tenha desocupado uma área por ato ilegítimo — ou seja, enxotado — este índio tem todo o direito de voltar à sua terra de acordo com a lei.

M — Mas já houve casos de tribos indígenas que receberam terras como compensação a outras perdidas para municípios?

IO — Não. Na minha última viagem ao Nordeste, trouxe um levantamento dos casos em que os índios perderam terras dessa forma.

hoje (dia 2) fizemos reunião sobre a questão e vamos definir todas estas áreas.

M — Os irmãos Villas Bôas sempre tiveram uma divergência em relação à Funai: enquanto eles defendiam o isolamento dos índios em reservas, de forma que o seu contato com a civilização fosse limitado, possibilitando assim uma lenta aculturação à nossa civilização, a Funai por sua vez, optava por uma política de integração do índio à sociedade, transformando-o em força de trabalho. Como a Funai pretende conciliar a realidade do parque do Xingu que é a dos Villas Bôas, com a sua política de integração do índio?

IO — Acho que não há divergências entre o pensamento dos irmãos Villas Bôas e a Funai. Nós concordamos num ponto: enquanto a Funai puder manter o índio isolado, esta é a situação ideal. Porém deve ser considerado que esse isolamento jamais será permanente, mais cedo ou mais tarde o avanço das frentes pioneiras vai atingir o índio, esteja ele onde estiver e este índio tem de ser preparado lentamente e gradativamente para este impacto que virá mais cedo ou mais tarde. No caso típico do Xingu, o indígena ainda está isolado. Mas amanhã teremos o parque legalmente cercado por fazendas. E quem vai impedir o índio de fazer contato com elementos circunvizinhos? Isolamento é válido, perfeitamente válido, mas desde que ele simultaneamente vá preparando o índio lentamente para este contato.

Na verdade, não foi a Funai que optou pela política de integração do indígena. Se olhar a lei 6001, do Estatuto do Índio, o objetivo fixado para as comunidades indígenas é de prepará-las para uma integração à comunhão nacional, progressiva e harmoniosamente, com preservação da cultura. Este é o grande objetivo fixado na lei 6001. Esta é a política a ser seguida com relação ao índio. Antigamente havia aquela discussão entre antropólogos, se devia ou não ser permiti-

continua na página seguinte

continuação da página anterior

área relativamente rica em minérios — sobretudo a cassiterita — ela foi invadida e pressionada de todos os lados. Teve que fazer concessões aqui, concessões ali...

M — Foi lá que a Sánchez-Galdeano ganhou a concessão?

OVV — Eu sei que eles estavam com um incentivo grande em Rondônia, no rio Pakaa-Nova... Pois é, o Aripuanã é uma área rica em minérios, rica para atividades extrativas em geral, — a borracha também é encontrada lá — e essa área, eu tenho a impressão que a Funai não desenrolou um cinturão muito forte em redor. E o que aconteceu? Os interesses começaram a invadir a área, e a Funai fez algumas concessões no começo. Hoje ela está querendo criar um cinturão de ferro em volta do Aripuanã. Mas eu tenho a impressão de que o prejuízo já foi causado. E depois, esse contato indiscriminado do Aripuanã com essas frentes avançadas

de penetração dentro da própria área levou a um desastre da saúde, muito grande. Houve uma perda, uma mortalidade muito grande dentro do Aripuanã. Isso está acontecendo em todas as áreas. Veja no Sul (RS), em Nonoai, Guarita, a luta incrível que a Funai está tendo.

M — Enquanto vocês estavam na direção do Parque criou-se, em torno de seus nomes, toda uma aura de respeito e reconhecimento inclusive internacional, que dava uma segurança maior ao Parque. E as pressões econômicas que possam vir a ocorrer não prejudicariam o Parque, após a saída de vocês?

OVV — Não, eu não acredito, por duas razões. O que aconteceu com o Parque, de ter tido essa repercussão de que V. fala, foi pelo fato de ter sido uma experiência, a primeira feita no Brasil. A velha política de integração do índio à sociedade nacional era quase a motivação principal da política indigenista brasileira. O Parque surgiu, então como uma grande área de experiência do contato entre essas duas sociedades.

De certa forma, essa experiência foi válida. Mas eu não acredito que, pelo nosso afastamento, ocorra qualquer alteração, porque a política já está mais ou menos traçada naquela área. E outra coisa, como acabamos de falar, até ontem os Departamentos da Funai eram dirigidos por leigos no assunto índios. Mas hoje não; hoje nós temos antropólogos. E a própria direção do Parque está hoje na mão de um etnólogo, que, de certa forma, pertenciam ao nosso grupo, ou melhor, ao grupo a que nós pertencemos. E o Departamento mais importante para o Parque, que é o Departamento de Planejamento Comunitário está na mão de um cidadão que já tem experiência de campo, que já pesquisou dentro daquela área, fez um excelente PhD americano, voltou e se entrosou novamente no grupo. Portanto, acho que o Parque continuará sendo conduzido da mesma forma. O que acontece, fora da vontade da Funai, fora da vontade do Diretor do Parque e fora de nossa vontade, é que os incentivos e as fazendas que estão sendo instaladas em torno da área do Parque podem constituir um chamamento ao índio. E esse chamamento é

altamente perigoso. Principalmente se o Parque não tiver condições de dar lá pelo menos o essencial, o mínimo paralelo ao que as fazendas estão dando, senão aí se justificaria a saída ou a fuga dos índios. Isso não tem dúvida alguma. Não digo que seja necessário mecanizar o Parque, jogar boi dentro do Parque. Não é essa a solução. Mas prover os recursos, fazer com que a assistência à saúde se desenvolva mais. Porque hoje tem índio que diz: "Ah! eu saí e fui para a fazenda tal, porque estava com dor de dente". É como se dentro da sede do Parque não tivesse essa assistência. Mas é preciso reavivar mais, ela ser mais intensiva, mais agressiva, do que no nosso tempo. (entrevista a Antonio Carlos Moura)

(1) Grande fazenda de criação de gado no Sul do Mato Grosso.

(2) Sociedades anônimas com incentivos fiscais concedidos pela SUDAM.

(3) Kraó, tribo do Norte goiano; Canelas e Gaviões, do Maranhão.

continuação da página anterior

do essa integração do indígena. Mas isto foi antes do Estatuto do Índio. Agora, com o Estatuto será impossível o isolamento total. Pessoalmente, acho impossível manter o índio numa situação de isolamento. O jeito é prepará-lo para este contato que vai haver mais cedo ou mais tarde. Tenho impressão de que os próprios irmãos Villas Bôas já reconheceram esta impossibilidade de o índio ser mantido isolado indefinidamente.

M — Mas os irmãos Villas Bôas não são contra esta "integração", desde que seja paulatina, devagar, ao passo que a Funai estaria tentando apressar esta integração.

IO — Não estamos apressando a integração. O que estamos levando em conta é o grau de aculturação do índio. Não pensamos em política de integração do índio em áreas como o Parque do Xingu, onde o índice de aculturação é baixo. Em áreas onde o índio está em contato permanente com a comunidade envolvente, comercializa a sua produção, adquire o padrão de cultura de nossa sociedade, este é o índio que pode ser preparado para integração. Então, a política não é geral. Tem de se analisar comunidade por comunidade. Cada comunidade tem de ter estudo específico e este estudo é que vai dar o diagnóstico. Não é preciso enlouquecer com a idéia: vamos integrar o índio! Só nas comunidades em que há elevado grau de aculturação é que vão merecer por parte da Funai projetos do desen-

volvimento sócio-econômico. O que está faltando a ele é exatamente esta emancipação econômica para que possa competir com a comunidade envolvente, produzindo economicamente como mão-de-obra útil para o país. Esta competição com a comunidade envolvente só será possível mediante projetos de desenvolvimento.

M — Dentro desse ponto de vista de "integração", com o avanço da penetração do capitalismo no campo, o índio poderia então, ser contratado para trabalhar em empresas rurais?

IO — Não, não é essa a idéia. Não é o índio ser empregado como mão-de-obra. É o índio produzir para si. Não interessa ao índio ser mão-de-obra de fazendeiro. Queremos inclusive consertar distorções que estão havendo, de índios que estão trabalhando como mão-de-obra, em algumas áreas, para que passem a produzir para eles. Isto só será possível mediante um projeto de desenvolvimento da comunidade. Dentro desse sistema ele vai ter cooperativa, vai ter capacitação técnica toda a infra-estrutura. Cooperativa dirigida pela própria comunidade indígena. Tudo isto vai permitir que ele tenha sua independência econômica sem precisar ser mão-de-obra e essa capacitação do índio não será só em técnica agrícola. Também capacitação profissional. O tratorista deve ser índio, o motorista deve ser índio. Isto vai exigir uma capacitação profissional do índio.

M — Voltando ao problema do Parque do Xingu, diz-se que uma fazenda invadiu dez quilômetros do Parque.

IO — Efetivamente existe este fato desta

fazenda, a Funai está estudando como resolver este problema. A invasão ocorreu no lado Leste do Parque Xingu e é este o motivo pelo qual a Funai ainda não terminou a demarcação do Parque, porque espera resolver antes o problema.

M — Qual a solução proposta pela Funai?

IO — Nossa procuradora jurídica está estudando o problema e ela deve apresentar uma solução ao presidente.

M — Desde quando esta fazenda invadiu a área do Parque?

IO — Não sei direito. Pelo que sabemos é coisa recente, coisa de quatro, cinco anos atrás.

M — E só agora veio à tona?

IO — Veio à tona através de um relatório dos irmãos Villas Bôas; de um estudo para a demarcação do Parque é que surgiu o problema da invasão.

M — Qual a situação real da área que foi seccionada pela BR-80? Segundo os jornais, a Sudeco estaria pressionando o Ministério do Interior para que seja liberada a área, embora lá existam alguns índios.

IO — Não há pressão alguma da Sudeco nem do Ministério do Interior para que esta área seja liberada. A parte Norte foi seccionada pela BR-80, mas ficou nas mãos da Funai, com base no artigo 198 da Constituição Federal. Isto porque na parte Nordeste existia um grupo indígena, os Txukamarrãe, e suspeitas de ainda existir um grupo isolado. Então, só depois da contatação destes grupos e de eles serem transferidos para dentro do parque é que a Funai poderia pensar em liberar aquela área. Os Txukamarrãe se recu-

saram terminantemente a ir para o interior do Parque. Então a Funai não vai levá-los à força.

M — Os irmãos Villas Bôas ainda têm alguma participação na direção do Parque Xingu?

IO — O Cláudio tem um xodó todo especial pela área do Parque denominada Diauarum. Ele está lá sempre. Os dois são assessores diretos do presidente da Funai. Daí a missão específica. O Orlando Villas Bôas para mim está realizando um trabalho tão importante quanto realizou no interior do Parque, que é o trabalho de ir às universidades, às escolas de várias cidades, motivar a população não-indígena para o problema do índio. É preciso sentir que se o objetivo futuro a ser atingido é o de integração do índio à comunidade nacional, esta integração não pode ser unilateral. O índio deve ser preparado lenta e gradativamente para ser integrado à comunidade nacional, mas paralelamente a população não-indígena também deve ser preparada para receber o índio sem restrições e em igualdade de condições. E esta é a grande tarefa que o Orlando está fazendo: mostrando o índio, o que ele é, os seus padrões de cultura belíssimo, às vezes melhores do que os nossos, tentando mudar a imagem às vezes distorcida que existe em relação ao índio. Isto é um trabalho importante, talvez mais do que o circunscrito à área do Parque, pois sua atuação se estende por todo o país.

Existem poucos sertanistas na Funai do quilate dos irmãos Villas Bôas. Então a Funai ainda tem às vezes de usar a experiência dos dois, esta vivência de anos de contato com os índios. (entrevista a Teodomiro Braga)